

Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel (Coordenação)

In memoriam Rosa Maria Xavier Gomes Carneiro (Revisão Jurídica)

CURSO DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

- Andréa Rodrigues Amin • Ângela Maria Silveira dos Santos
 - Bianca Mota de Moraes • Cláudia Canto Condack
- Galdino Augusto Coelho Bordallo • Helane Vieira Ramos
 - Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel
 - Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos
 - Patrícia Silveira Tavares

15ª edição

De acordo com as Leis n. 14.340, 14.344, 14.382 e 14.443, de 2022

2023



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva 

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
Iris Ferrão

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
Rosana Peroni Fazolari
Carmilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação NSM Soluções Gráficas

Revisão Paula Brito Araújo

Capa Tiago Dela Rosa

Adaptação de capa Lais Soriano

Produção gráfica Mari Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

C977 Maciel, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade

Curso de Direito da Criança e do Adolescente
– Aspectos Teóricos e Práticos / coordenada por
Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. – 15.
ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023.
1.476 p.

ISBN 978-65-5362-782-6 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito da Criança e do Adolescente.
3. Maciel, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade.
II. Título.

CDD 342.17
CDU 342.726

2022-3107

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito da Criança e do Adolescente 342.17
2. Direito da Criança e do Adolescente 342.726

Data de fechamento da edição: 24-10-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 16095 CL 608007 CAE 817235

Sumário

<i>Autores</i>	V
<i>Agradecimento especial</i>	XIII
<i>Prefácio à 1ª edição</i>	XXXIII
<i>Apresentação</i>	XXXVII
<i>Homenagem Póstuma à Dra. Rosa Carneiro</i>	XXXIX
<i>Nota à 15ª edição</i>	XLIII
<i>Nota à 14ª edição</i>	XLV
<i>Nota à 13ª edição</i>	XLIX

PARTE I O DIREITO MATERIAL SOB O ENFOQUE CONSTITUCIONAL

<i>Evolução histórica do direito da criança e do adolescente</i>	3
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Idade Antiga.....	4
2. Idade Média.....	5
3. O direito brasileiro.....	5
4. O período pós-Constituição de 1988.....	9
<i>Referências</i>	13
<i>Doutrina da proteção integral</i>	14
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Introdução.....	14
2. Documentos internacionais.....	16
3. Da situação irregular à proteção integral.....	20
<i>Referências</i>	23

Princípios orientadores do direito da criança e do adolescente	25
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Considerações iniciais.....	25
2. Princípios e regras	26
3. Os macroprincípios	27
3.1. Princípio da prioridade absoluta	28
3.2. Princípio do interesse superior da criança e do adolescente ou do melhor interesse.....	38
4. Princípio da municipalização	42
Referências	44
Dos direitos fundamentais	46
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Considerações gerais	46
2. Âmbito de aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	47
3. Direito à vida	49
4. Direito à saúde	49
4.1. Nascituro e atendimento à gestante	51
4.2. Saúde de crianças e jovens	61
4.3. Atendimento médico a criança e adolescente desacompanhados	67
4.4. Crianças e adolescentes com deficiência	69
4.5. Crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista	71
4.6. Doentes crônicos.....	71
4.7. Direito a acompanhante	73
4.8. Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.....	74
5. Direito à liberdade	75
6. Direito ao respeito e à dignidade	79
6.1. Da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente ...	83
7. Direito à educação.....	85
7.1. Igualdade	87
7.2. Acesso e permanência	93
7.3. Níveis e modalidades de ensino	97
7.4. Ensino noturno	111
7.5. Educação de jovens e adultos.....	112
7.6. Flexibilização do ensino	112
7.7. Regime especial para gestantes.....	113
7.8. Educação das relações étnico-raciais.....	113

7.9. Educação democratizada.....	114
7.10. Financiamento da Educação Básica.....	115
8. Direito a cultura, esporte e lazer.....	118
9. Direito à profissionalização e à proteção no trabalho.....	119
9.1. Aprendizagem.....	122
9.2. Trabalho rural.....	123
9.3. Atletas mirins.....	124
Referências.....	126
Direito fundamental à convivência familiar.....	128
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Origem da família.....	128
2. Princípios norteadores da família.....	130
3. Noção atual de família.....	136
4. Conceituação de convivência familiar e comunitária.....	143
5. A convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente na situação do art. 98 do ECA.....	146
Referências.....	153
Poder familiar.....	156
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. A denominação do instituto.....	156
2. Aspectos pessoais.....	164
2.1. Dever de registrar o filho e o direito ao estado de filiação.....	166
2.1.1. Considerações gerais.....	166
2.1.2. Regularização dos dados parentais na certidão de nascimento do filho.....	175
2.1.3. O registro civil de criança e de adolescente na hipótese do art. 98 do ECA.....	178
2.1.4. Do dever ao nome: sanções possíveis.....	184
2.1.5. Dos dados registrais decorrentes da adoção e o conhecimento da ascendência genética pelo adotado.....	188
2.1.6. Os vínculos parentais socioafetivos.....	192
2.2. Dever de guarda e o direito fundamental do filho de ser cuidado.....	198
2.2.1. Guarda na ruptura da relação afetiva dos pais.....	202
2.2.1.1. Guarda compartilhada.....	208
2.2.1.2. Convivência com o não guardião.....	213
2.2.1.3. Situações delicadas de convivência.....	216

2.2.1.4. A Convivência na alienação parental.....	219
2.2.1.5. Convivência com a família extensa e afins	225
2.3. Dever de criar e educar o filho e o direito fundamental deste à educação, à profissionalização e à cidadania.....	227
2.4. Dever de sustento e o direito fundamental à assistência material	230
2.5. Dever de assistência imaterial e o direito ao afeto	238
2.5.1. Da devolução do filho adotivo.....	241
2.6. Dever de proteção à imagem e à privacidade do filho e o direito ao respeito	246
3. Aspectos patrimoniais do poder familiar.....	253
4. Suspensão do poder familiar.....	254
5. Extinção do poder familiar	258
5.1. Morte.....	259
5.2. Emancipação.....	260
5.3. Maioridade civil	260
5.4. Adoção.....	261
5.5. Decisão judicial.....	263
6. Perda ou destituição do poder familiar	263
6.1. Castigo imoderado.....	264
6.2. Abandono	272
6.3. Atos contrários à moral e aos bons costumes.....	274
6.4. Reiteração das faltas	276
6.5. Entrega de forma irregular do filho a terceiros para fins de adoção...	277
6.6. Prática de crimes contra titular do poder familiar.....	278
6.6.1. Crimes de homicídio, feminicídio ou lesão corporal grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.....	278
6.6.2. Estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão.....	280
6.7. Prática de crime contra filho, filha ou outro descendente	281
6.7.1. Crimes de homicídio, feminicídio ou lesão corporal grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.....	281
6.7.2. Estupro, estupro de vulnerável ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito a pena de reclusão.....	281
6.8. Perda do poder familiar na lei penal.....	282

7. Restabelecimento do poder familiar	283
Referências	286
Regras gerais sobre a colocação em família substituta	292
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	292
2. Modalidades.....	294
Referências	296
Guarda	298
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	298
2. Guarda provisória, definitiva, instrumental e excepcional	301
3. Guarda de fato	304
4. Guarda como medida protetiva ou estatutária.....	305
5. Guarda em favor da família extensa	307
6. Compartilhamento da guarda dos pais com a família substituta	310
7. Guarda subsidiada ou por incentivo: medida de acolhimento familiar	311
8. Guarda legal do dirigente da entidade de acolhimento institucional	314
9. Guarda da criança ou do adolescente estrangeiro	319
10. Dependência para todos os fins	320
11. Visitação de criança ou de adolescente sob a guarda de terceiros	324
12. Visitação dos filhos sob medida de proteção de acolhimento institucional ou socioeducativa	325
13. Apadrinhamento de crianças e adolescentes institucionalizados.....	328
Referências	330
Tutela	333
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	333
2. Tutela testamentária.....	336
3. Tutela legítima	337
4. Tutela dativa.....	337
5. Tutela provisória e definitiva.....	338
6. Características controvertidas da tutela	339
6.1. Da unipessoalidade	339
6.2. Cabimento de curatela a pessoa menor de idade	341

7. Entrega do filho em tutela	342
8. Obrigações pessoais	343
8.1. Guarda do tutelado	345
9. Obrigações patrimoniais	346
10. Tutela como medida protetiva ou estatutária	348
11. Tutela no Código Civil: outras notas	349
12. Causas de cessação da tutela	350
Referências	351
Adoção	353
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	353
2. Histórico	354
2.1. O direito civil constitucional	359
3. Conceito e natureza jurídica	362
4. Legitimidade	363
4.1. Considerações gerais	363
4.2. Impedimento parcial (tutor e curador)	367
4.3. Impedimento total (avós e irmãos)	368
4.4. Adoção por divorciados e ex-companheiros	374
4.5. Adoção por casal homossexual	376
4.6. Adoção de nascituro	386
5. Cadastro e habilitação para adoção	388
6. Requisitos	397
6.1. Idade mínima e estabilidade da família	397
6.2. Diferença de 16 anos	399
6.3. Consentimento	401
6.3.1. Dispensa do consentimento	402
6.3.2. Revogabilidade do consentimento	403
6.4. Concordância do adotando	405
6.5. Reais benefícios para o adotando	407
7. Estágio de convivência	410
8. Efeitos	414
8.1. Efeitos pessoais	414
8.2. Efeitos patrimoniais	419
9. Modalidades	420
9.1. Adoção bilateral	420

9.2. Adoção unilateral.....	423
9.3. Adoção póstuma.....	424
9.4. Adoção <i>intuitu personae</i>	425
9.5. Adoção “à brasileira”.....	432
10. Adoção internacional.....	434
Referências.....	441
Prevenção.....	444
<i>Ângela Maria Silveira dos Santos</i>	
1. Introdução.....	444
2. Prevenção especial.....	450
2.1. Acesso aos espetáculos e diversões públicas.....	450
2.2. Acesso aos programas de rádio e televisão.....	455
2.2.1. Entrada e permanência.....	455
2.2.2. Participação em espetáculos públicos.....	455
2.3. Exibição de programas pelas emissoras de rádio e de televisão.....	464
2.4. Venda e locação de fitas de programação em vídeo.....	469
2.5. Revistas e publicações.....	469
2.6. Estabelecimentos que exploram jogos com apostas.....	474
2.7. Produtos proibidos.....	475
2.8. Hospedagem.....	477
2.9. Autorização de viagem.....	478
2.9.1. Considerações iniciais.....	478
2.9.2. Autorização judicial para viagem nacional.....	480
2.9.3. Autorização para viagem ao exterior.....	482
Referências.....	486

PARTE II A REDE DE ATENDIMENTO

A política de atendimento.....	491
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	491
2. Uma visão geral da nova política de atendimento.....	500
2.1. As linhas de ação da política de atendimento.....	502
2.2. As diretrizes da política de atendimento.....	512
3. Os fundos dos direitos da criança e do adolescente.....	518
3.1. Introdução.....	518
3.2. Definição.....	519

3.3. Disciplina legal.....	520
3.4. A organização essencial	522
3.5. Nota sobre os denominados “certificados de captação” e as “doações casadas”	534
4. As entidades de atendimento	542
4.1. Aspectos gerais.....	542
4.2. Registro das entidades e inscrição dos programas	546
4.3. Os princípios e as regras especialmente aplicáveis às entidades que desenvolvem programas de acolhimento institucional ou familiar....	551
4.4. Os princípios e as regras especialmente aplicáveis às entidades que desenvolvem programas de atendimento socioeducativo.....	562
4.5. A fiscalização das entidades de atendimento	566
Referências	569
Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente	571
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	571
2. Definição	573
3. Natureza jurídica	574
4. A formação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente	575
4.1. A criação do órgão	575
4.2. A composição paritária	577
4.3. A escolha dos membros	579
4.4. As normas de funcionamento	582
5. As atribuições dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente ...	584
5.1. A deliberação e o controle das ações relacionadas à política de atendimento	585
5.2. A gestão dos Fundos dos direitos da criança e do adolescente	590
5.3. O registro e a inscrição dos programas e a inscrição das entidades de atendimento não governamentais.....	591
5.4. A organização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar	594
6. O controle da atuação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	597
Referências	599
O Conselho Tutelar.....	600
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	600

2. Visão geral.....	602
2.1. Conceito	602
2.2. Características.....	602
3. A estruturação do Conselho Tutelar	605
3.1. A implantação do órgão	605
3.2. A composição	615
3.3. Os requisitos mínimos para o exercício da função de conselheiro tutelar	624
4. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar	630
4.1. Regra geral	630
4.2. As peculiaridades municipais	632
5. As atribuições e o limite territorial de atuação do Conselho Tutelar	635
5.1. As atribuições do Conselho Tutelar	636
5.2. O limite territorial de atuação do Conselho Tutelar	656
5.3. Os Conselhos Tutelares em tempo de Covid-19	657
6. A fiscalização do Conselho Tutelar.....	659
6.1. A revisão das decisões do Conselho Tutelar	659
6.2. O controle da atuação dos membros do Conselho Tutelar	660
Referências	666
O Poder Judiciário.....	668
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. O juiz	668
2. Órgãos auxiliares	670
Ministério Público	675
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	675
2. Instauração de procedimentos administrativos e sindicâncias (art. 201, VI e VII).....	678
3. Promover medidas judiciais e extrajudiciais para zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais das crianças e dos adolescentes (art. 201, VIII e XIII).....	680
4. Inspeção às entidades de atendimento (art. 201, XI).....	682
5. Fiscalização da aplicação das verbas do fundo municipal (art. 260, § 4º)..	683
Referências	686
O advogado.....	687
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	

PARTE III DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Infrações administrativas	693
<i>Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos</i>	
1. Conceito de infração administrativa	693
2. Princípios gerais das infrações administrativas	697
2.1. Princípio da proteção integral	697
2.2. Princípio da prioridade absoluta	698
2.3. Princípio da legalidade	699
2.4. Princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos	701
2.5. Princípio da objetividade	703
2.6. Princípio da independência das sanções administrativas	704
2.7. Princípio da publicidade	705
2.8. Princípio do devido processo legal	706
2.9. Princípio da ampla defesa e contraditório	706
3. Das infrações administrativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente	707
3.1. Breve histórico	707
3.2. A interpretação das infrações administrativas	711
3.3. A multa	712
3.4. Da prescrição	720
4. As infrações administrativas em espécie	722
4.1. Omissão de comunicação de maus-tratos	722
4.2. Impedir o exercício de direitos fundamentais de ampla defesa, contraditório, convivência familiar e escolarização de adolescente privado da liberdade	731
4.3. Divulgação de dados e identificação de criança ou adolescente a que se atribua ato infracional	732
4.4. Guarda para fins de trabalho doméstico	737
4.5. Descumprimento dos deveres decorrentes da autoridade familiar	737
4.6. Hospedagem de criança ou adolescente desacompanhado	763
4.7. Transporte irregular de criança ou adolescente	766
4.8. Proteção dos valores éticos e sociais da pessoa e da família na formação de crianças e adolescentes (arts. 252 a 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente)	769
4.8.1. Ausência de informação na entrada sobre diversão ou espetáculo público	774

4.8.2. Ausência de indicação dos limites de idade no anúncio de representações ou espetáculos	776
4.8.3. Transmissão, via rádio ou televisão, de espetáculo de forma irregular	781
4.8.4. Exibição de espetáculo de forma irregular	784
4.8.5. Venda ou locação de programação inadequada	788
4.8.6. Comercialização de revistas e periódicos de maneira irregular	789
4.8.7. Entrada e participação irregular de crianças e adolescentes em diversões e espetáculos	795
4.8.7.1. A entrada de criança ou adolescente nos locais de diversão	797
4.8.7.2. Participação de criança ou adolescente em espetáculos públicos	803
4.8.8. Não providenciar a instalação e operacionalização dos cadastros de adoção	807
4.8.9. Deixar de encaminhar imediatamente à autoridade judiciária mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção	808
4.8.10. Venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos	809
Referências	812

PARTE IV A EFETIVIDADE DO ECA: MEDIDAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

As medidas de proteção	819
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução	819
1.1. Evolução legislativa	819
1.2. Definição	821
1.3. Hipóteses de aplicação	821
2. As medidas específicas de proteção	823
2.1. Normas gerais	823
2.2. A autoridade competente	826
2.3. As hipóteses elencadas no art. 101 do ECA	829
2.4. Os procedimentos para a aplicação das medidas específicas de proteção	840
Referências	849
As medidas pertinentes aos pais, responsáveis ou outras pessoas encarregadas do cuidado de crianças e adolescentes	850
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	850

2. As medidas previstas nos arts. 129 e 18-B do ECA	854
3. Observações quanto ao procedimento	858
Referência	859
 Os princípios constitucionais do processo	 860
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	860
2. Devido processo legal	862
3. Igualdade	865
4. Contraditório.....	866
5. Acesso à justiça.....	868
6. Juiz natural.....	872
7. Promotor natural	872
8. Motivação das decisões.....	874
9. Publicidade	874
10. Tempestividade da tutela jurisdicional.....	875
Referências	878
 As regras gerais de processo.....	 881
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	881
2. Capacidade processual.....	883
3. Curadoria especial	884
4. Gratuidade de justiça.....	889
5. Segredo de justiça.....	892
6. Competência	894
6.1. Jurisdição. Conceito de competência.....	894
6.2. Critérios determinadores da competência.....	896
6.3. Competência absoluta e competência relativa.....	898
6.4. Critérios específicos de fixação da competência constantes do ECA...	899
6.5. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	907
7. Poder geral de cautela.....	910
8. Princípio da intervenção mínima.....	916
Referências	916
 Ação de suspensão e de destituição do poder familiar.....	 919
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	919

2. Competência	921
3. Fase postulatória	926
4. Legitimidade ativa	927
5. Legitimidade passiva.....	931
6. Pedido cumulativo	938
7. Tutelas provisórias correlatas	940
8. Resposta do réu	945
9. Fase instrutória.....	947
10. Fase decisória	951
11. Ação de restituição do poder familiar.....	956
Referências	960
As regras gerais do procedimento de colocação em família substituta	963
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	963
2. Fase postulatória	965
3. O consentimento dos pais	966
4. Pedido formulado diretamente em cartório	969
5. Fase instrutória.....	969
6. A oitiva da criança e do adolescente.....	972
7. Fase decisória	976
Referências	977
Ação de guarda.....	978
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Competência	978
2. Fase postulatória	980
3. Citação ou a concordância dos pais	984
4. Concessão da guarda provisória e definitiva.....	986
5. Perda ou revogação da guarda	987
Referências	989
Ação de tutela e procedimentos correlatos	990
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	990
2. A competência considerando a situação do tutelando.....	990
3. Fase postulatória	990

4. Interesse exclusivamente previdenciário	992
5. Oitiva obrigatória do tutelando.....	993
6. Pedido de tutela cumulado com a perda do poder familiar	993
7. Termo de tutela	994
8. Procedimento de escusa da tutela	994
9. Prestação de contas e balanço na tutela.....	995
10. Remoção ou destituição do tutor	998
Referências	1000
Procedimento da habilitação para adoção	1002
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
Ação de adoção	1005
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Rito e competência	1005
2. Petição inicial e pedido	1005
3. Citação	1009
4. Oitiva dos pais biológicos	1010
5. Estudo de caso	1011
6. Audiência prévia e de instrução e julgamento	1011
7. Sentença	1011
8. Adoção internacional	1012
Referências	1013
Procedimento de apuração de irregularidades em entidade de atendimento ...	1015
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução	1015
2. Natureza jurídica do procedimento	1016
3. Competência	1020
4. Fase postulatória	1020
5. Legitimados passivos	1024
6. Afastamento provisório do dirigente	1030
7. Resposta escrita	1035
8. Fase instrutória	1037
9. Fase decisória	1038
10. Medidas aplicáveis à entidade condenada	1041
Referências	1053

Procedimento das infrações administrativas.....	1055
<i>Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos</i>	
1. Natureza jurídica do procedimento	1055
2. Princípios.....	1056
3. Competência	1058
4. Rito processual.....	1059
5. O Ministério Público e a cumulação do pedido para a aplicação da multa em outras ações.....	1065
6. Abuso sexual intrafamiliar e a representação prevista no art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente	1070
Referências	1070
Procedimento de portaria e de expedição de alvará.....	1072
<i>Ângela Maria Silveira dos Santos</i>	
1. Natureza jurídica e competência para disciplinar por meio de portaria.....	1072
1.1. Introdução	1072
1.2. Conceituação e natureza jurídica da portaria e do alvará.....	1074
1.3. Portaria do art. 149 do ECA.....	1077
2. Autorização para a participação e a entrada em espetáculos públicos.....	1082
Referências	1084
Ação civil pública	1086
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	1086
2. Direitos metaindividuais.....	1088
3. Inquérito civil.....	1092
4. Termo de ajustamento de conduta.....	1096
5. Ação civil pública	1100
5.1. Introdução e conceito.....	1100
5.2. Legitimidade	1101
5.3. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos.....	1106
5.4. Liminar	1107
5.4.1. Suspensão da liminar pelo presidente do tribunal.....	1112
5.5. Objeto e competência	1114
5.6. Sentença	1118
5.7. Coisa julgada	1124
5.7.1. Introdução.....	1124

5.7.2. Coisa julgada na ação coletiva.....	1127
5.8. Execução.....	1136
6. Processo estrutural	1141
Referências	1146
Outras ações previstas no Estatuto.....	1151
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	1151
2. Mandado de segurança.....	1155
3. Ação para cumprimento de obrigação de fazer.....	1160
Referências	1167
Recursos.....	1169
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	1169
2. Unicidade do sistema	1171
2.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	1175
2.2. Legitimidade e interesse para recorrer	1178
2.3. Motivação	1179
2.4. Forma.....	1179
2.5. Renúncia e desistência	1180
3. Preparo.....	1180
4. Tempestividade.....	1183
5. Efeitos	1190
5.1. Concessão do efeito suspensivo.....	1194
5.2. Efeitos da apelação nas ações socioeducativas	1196
6. Juízo de retratação.....	1198
7. Procedimento no tribunal.....	1204
8. Recurso contra portarias e alvarás.....	1206
Referências	1207

PARTE V DA PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL

A prática de ato infracional.....	1211
<i>Bianca Mota de Moraes</i>	
<i>Helane Vieira Ramos</i>	
1. Disposições gerais (arts. 103 a 105 do ECA).....	1211
1.1. Inimputabilidade infantojuvenil.....	1212

1.2. Ato infracional praticado por criança	1223
1.3. Ato infracional e indisciplina escolar.....	1224
2. Direitos individuais (arts. 106 a 109 do ECA).....	1228
3. Garantias processuais (arts. 110 e 111 do ECA)	1235
4. Apuração do ato infracional (arts. 171 a 190 do ECA).....	1238
4.1. Fase policial.....	1238
4.2. Fase de atuação do Ministério Público.....	1241
4.3. Fase judicial	1255
5. Medidas socioeducativas (arts. 112 a 125 do ECA).....	1265
5.1. Disposições gerais.....	1265
5.1.1. Adolescente em situação de uso ou de dependência de drogas	1271
5.1.2. Adolescente com transtorno mental ou outras enfermidades	1274
5.1.3. Aplicação de medidas socioeducativas ao jovem adulto.....	1278
5.2. Advertência.....	1280
5.3. Obrigação de reparar o dano	1281
5.4. Prestação de serviços à comunidade.....	1282
5.5. Liberdade assistida	1282
5.6. Semiliberdade	1283
5.7. Internação.....	1286
5.7.1. Internação provisória.....	1288
5.7.2. Internação definitiva.....	1293
5.7.3. Internação-sanção.....	1314
6. Execução das medidas socioeducativas (ECA e Lei n. 12.594/2012 – Sinase)..	1315
6.1. Tramitação processual na fase executória.....	1319
6.2. Reavaliação de medida socioeducativa.....	1324
6.3. Não vinculação do juiz ao laudo técnico para a reavaliação das me- didas.....	1331
6.4. Revisão de medida aplicada em sede de remissão (art. 128 do ECA)	1333
6.5. Visitas e regime disciplinar	1342
7. Prescrição e extinção	1343
Referências	1354

PARTE VI DOS CRIMES

Dos crimes	1363
<i>Cláudia Canto Condack</i>	
1. Introdução.....	1363

2. Disposições gerais.....	1364
3. Dos crimes em espécie.....	1367
3.1. Omissão do registro de atividades ou do fornecimento da declaração de nascimento.....	1367
3.2. Omissão de identificação do neonato e da parturiente ou de realização de exames necessários.....	1368
3.3. Privação ilegal da liberdade de criança ou adolescente	1371
3.4. Omissão da comunicação de apreensão de criança ou adolescente ...	1374
3.5. Submissão de criança ou adolescente a vexame ou constrangimento	1375
3.6. Tortura.....	1377
3.7. Omissão na liberação de criança ou adolescente ilegalmente apreendido.....	1385
3.8. Descumprimento injustificado de prazo legal.....	1387
3.9. Impedimento ou embaraço à ação de autoridades.....	1388
3.10. Subtração de criança ou adolescente	1389
3.11. Promessa ou entrega de filho ou pupilo.....	1391
3.12. Tráfico internacional de criança ou adolescente.....	1393
3.13. Utilização de criança ou adolescente em cena pornográfica ou de sexo explícito	1396
3.14. Comércio de material pedófilo	1399
3.15. Difusão de pedofilia	1402
3.16. Posse de material pornográfico.....	1406
3.17. Simulacro de pedofilia.....	1408
3.18. Aliciamento de menores	1410
3.19. Norma explicativa.....	1411
3.20. Venda, fornecimento ou entrega de arma, munição ou explosivo	1412
3.21. Venda, fornecimento ou entrega de produto causador de dependência física ou psíquica	1413
3.22. Venda, fornecimento ou entrega de fogos de estampido ou artifício .	1416
3.23. Exploração sexual de criança ou adolescente.....	1417
3.24. Corrupção de menores.....	1419
Referências	1423